

“Apesar de tudo, o Brasil é uma empresa viável”

Apesar de todos os desastres econômicos, os empresários não vacilaram em comprar ações dessa empresa chamada Brasil. Apoiado por todos os que participaram do debate o especialista no mercado de capitais, Roberto Teixeira da Costa, concluiu que recomendaria a compra de títulos dessa empresa, e deu as razões:

“Vou tentar colocar o Brasil como uma sociedade anônima. Será o Brasil S.A. viável? Vendo sob o prisma de uma pessoa que passou grande parte de sua vida analisando empresas, seria o Brasil S.A. uma empresa que eu levaria ao público?”

Nesse tipo de exercício, vamos começar pela cúpula. O presidente do conselho, recentemente escolhido para o próximo mandato, reúne condições únicas para o exercício dessa função. Evidencia que o presidente Tancredo Neves não foi uma opção entre um candidato e outro. Foi a melhor solução que o país poderia ter nessa fase de transição. Muito da maneira suave dessa fase de transição deve-se à sua figura, a esse espírito de temperança e de compromisso.

O presidente do conselho está escolhendo uma diretoria para ajudá-lo nessa primeira fase de governo, que deve sofrer algumas alterações, como em qualquer sociedade anônima. Muda-se um diretor, faz-se um ajuste. Mas a diretoria escolhida é experimentada, embora talvez alguns dos seus diretores não tenham sido colocados nas posições em que francamente seriam mais ágeis e experimentados. Ainda assim, acho que, no geral, os nomes escolhidos para compor a próxima diretoria do Brasil S.A. e que farão parte do conselho de administração da sociedade, merecem grande confiança dos acionistas.

O país passou por um período complexo, agravado por uma crise externa que ele (o Brasil) levou muito tempo para reconhecer e se ajustar. Mas a fase de diagnóstico está terminada. Agora, dentro da corporação, precisamos traçar um planejamento estratégico que signifique o estabelecimento de prioridades. Um planejamento estratégico que comprove a política de curto e de longo prazos.

A política de curto prazo deve ser centrada, evidentemente, no problema maior da sociedade brasileira: a perda de confiança na moeda. A sociedade Brasil S.A. está precisando de uma reestruturação financeira. Economicamente, tem um grande potencial de desenvolvimento, mas, como algumas outras companhias, está com um perfil de dívida insatisfatório. Interna e externamente mostra-se desequilibrada.

Não podemos nos iludir. O atraso no problema da consolidação externa é mais um dos problemas que o Dr. Tancredo vai herdar. Esse problema poderia ter sido resolvido mas não foi. Por isso, a curto prazo, o presidente terá de dedicar uma boa parte do seu tempo à reestruturação das contas externas.

Na área interna, novamente, grande inadequação. A dívida interna não é pequena, mas também não chega a tomar dimensões inadmissíveis. A questão é de inadequação de prazos: estamos rolando uma dívida relativamente grande e prazo muito pequeno.

O presidente e a diretoria terão que reconquistar a confiança do público na empresa.

Se olharmos para trás, para o ano de 1965, veremos que um dos instrumentos usados pela dupla Roberto Campos e Octávio Bulhões, durante o governo Castello Branco, foi a reconstrução da confiança.

A sociedade dispõe de recursos naturais substanciais. Nesse sentido, os programas feitos nos últimos anos identificaram, com muita clareza, onde estão esses potenciais, a maneira como devem ser desenvolvidos. Os investimentos maiores já foram feitos. Agora, esses recursos naturais podem gerar produtos e uma condição econômica muito mais favorável.

A companhia dispõe de mercados muito bons. Ela foi extremamente agressiva, do ponto de vista de explorar mercados externos e mostrou uma vitalidade que até surpreendeu a muitos. Haja visto, o superávit da balança de comércio alcançado no ano passado. No mercado interno, de novo temos um enorme potencial de desenvolvimento. A população economicamente ativa ainda é relativamente baixa no Brasil, devendo alcançar entre 30 a 35% do total da população.

Do ponto-de-vista de mercados, a sociedade é viável. A sua classe dirigente, a classe empresarial brasileira — seja na indústria, comércio, serviços ou no setor financeiro — tem mostrado grande competência. Não se pode atribuir ao empresário brasileiro uma desatualização. Ele está extremamente atento e os próprios empresários estrangeiros que aqui vêm, surpreendem-se com o grau de sofisticação da nossa gestão financeira. Se trouxe muitos problemas, a inflação também tornou o empresário mais agressivo e o obrigou a ser mais ágil na utilização do dinheiro.

Quanto à classe trabalhadora, ela tem-se mostrado extremamente operosa, compreensiva e altamente capacitada.

Somando tudo isso, feito esse planejamento estratégico, a reestruturação financeira e dando ao governo Tancredo Neves a credibilidade



□ JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA — presidente do grupo Bamerindus, comanda 30 empresas que atuam na área financeira e produção agrícola e industrial. Costuma dizer que o seu compromisso é com o crescimento do país. Só o Banco Bamerindus detém um patrimônio de Cr\$ 1 trilhão e planeja encerrar o ano com 900 agências. Atualmente tem 847.

que ele merece, eu apostaria no Brasil. Eu compraria ações do Brasil S.A. como ação que talvez não apresente, a curto prazo, um grande potencial de valorização, mas que, certamente, a médio e longo prazos, dará excelentes dividendos.

Com a mudança no quadro institucional, os empresários procuram a abertura de novos canais de comunicação, seja junto ao Congresso — que, com a abertura política, deverá tornar-se a principal câmara de eco para suas reivindicações — ou junto ao Poder Executivo. Pragmático, “o empresário se aproxima do Poder, onde quer esteja. Se está com o Executivo, ele se aproxima do Executivo. Se está com o Legislativo, estará próximo do Legislativo” — resume Jorge Gerdau:

Dentro de um novo contorno político, os empresários abdicam de resolver seus assuntos a portas fechadas. “Assuntos de interesse público têm que ser discutidos publicamente, com transparência”, prega Celso Lafer. Procuram formas de se aproximar dos políticos, dos quais estiveram, até agora, divorciados. “Em reuniões de entidades de classe, não tenho encontrado vereadores, deputados ou senadores, o que demonstra o distanciamento entre as classes políticas e empresariais” — admite José Eduardo Andrade Vieira.

Com a democracia, cada grupo irá defender seus interesses com maior vigor. Há uma busca de espaço para participação. “Queremos ter voz ativa. Dentro de um regime fechado, era mais fácil aos empresários dirigirem-se diretamente à Corte e fazerem seu pleito. No sistema politicamente aberto, a sua voz tem que se espalhar por um universo muito maior de pessoas e catequizá-

“Precisamos trazer os políticos para dentro das nossas entidades de classe.”

(Andrade Vieira)

las dentro dos seus legítimos interesses” — ressalta Roberto Teixeira da Costa.

A luta dos empresários pelo diálogo aberto e transferência de posições traz, no seu bojo, a defesa da livre iniciativa. Os anos de arbitrio ensinaram que conversar a portas fechadas podem, também, traduzir-se em uma ingerência indesejada do Governo nos negócios privados: “É preciso o diálogo aberto para que se solidifiquem as bases da livre iniciativa. Sem democracia econômica, não podemos ter democracia social”, alerta Donald Wilson.

Na defesa de seus interesses, os empresários passam a reconhecer, publicamente, a importância do lobby profissional e do fortalecimento das entidades de classe. “Eu não tenho a menor formação para ser lobby. Mas é muito natural que eu escolha, em Brasília, uma entidade especializada em lobby que venda uma ideia minha — como uma legislação que favoreça as empresas de capital de risco — junto às autoridades” — admite Roberto Teixeira da Costa.

□ Donald Wilson — “É preciso montar um sistema nesse país que premie a eficiência e puna as falhas ou ações que contribuem para o patrimônio nacional.”

“É só conversando, trocando idéias, dando nossa contribuição que poderemos criar um ambiente que reconheça o valor da contribuição de cada parte da economia.”

“O empresário quer ter liberdade de tomar decisões e de arcar com a responsabilidade dessas decisões. Não podemos contar com o Governo ou qualquer outro agente para resgatar os nossos erros.”

“Até agora, passamos boa parte do nosso diálogo com os técnicos do Governo pedindo favores, incentivos ou tentando eliminar desincentivos. Acabamos não informando sobre nossa realidade e necessidade. O grau de ignorância acaba dificultando o nosso negócio”.

“Nossa meta e nossa esperança devem estar realmente dirigidas para um regime democrático, que obedeça às leis naturais, dentro de um ambiente aberto e de amplo debate. Com transparência e sem artificialismos”.

□ Celso Lafer — “Mais do que problemas específicos, o empresário está preocupado com certos tipos de questões de natureza geral que afetam a vida empresarial e a vida nacional. Inflação, relações de trabalho, dívida externa, dívida interna, reforma agrária, controle demográfico — são esses os tipos de problemas que configuram o perfil da sociedade e que exigirão, do empresariado, uma postura e uma presença”.

“Nesse momento de mudança do quadro institucional, os empresários não têm por que não afirmarem a transparência pública das postulações que querem colocar perante a sociedade como um todo”.

“Estou convencido de que essa dimensão de transparência é fundamental, pois deixa limpidas as posições”.

“Um dos problemas mais graves do regime fechado foi precisamente a não-transparência e o conjunto de problemas, escândalos e negócios escusos que dela surgiram”.

□ José Eduardo Andrade Vieira — “Os empresários devem fazer uma autocritica. Até agora, tiveram uma participação muito pequena nas entidades de classe, junto ao Governo e junto aos políticos”.

“Precisamos desenvolver uma atitude que traga os representantes para dentro das nossas entidades de classe”.

“Eu defendo o voto distrital para que o entendimento entre os políticos e grupos da sociedade seja mais fácil. Só conhecendo nossos problemas e aspirações é que os políticos poderão defender nossos interesses”.

□ Roberto Teixeira da Costa — “Os empresários esperam que o Governo Tancredo Neves seja democraticamente mais aberto que os anteriores. Isso não quer dizer que eles não tenham sido ouvidos nas gestões antecedentes. Mas ficou tudo muito na retórica e no discurso”.

“Com a Nova República, o canal principal de comunicação deve ser o Congresso, que terá um papel mais preponderante na cena nacional. Esse caminho não anula a comunicação direta com o Executivo, mas essa deve ficar restrita a assuntos específicos, do varejo”.

“A institucionalização do lobby e a abertura de novos canais de comunicação devem ser forçosamente lentas. Não adianta querer acelerar um processo e colocá-lo em risco. No Brasil temos pecado muito por deixar de fazer as coisas, por querer fazê-las depressa demais”.

“A nível de classe, o empresário precisa pensar no fortalecimento dos seus órgãos de representação que, até agora, tiveram uma atuação modesta, com algumas exceções”.

□ Jorge Gerdau — “Dentro do processo de reorganização política institucional do país, a responsabilidade do empresário é uma peça-chave. Sem abertura econômica, não teremos uma sustentação permanente da abertura política”.

“O comportamento empresarial precisa ser aprimorado. O empresário ainda demonstra possuir resíduos de uma relação paternalista em relação ao estados — resíduos que foram estimulados pelo sistema fechado”.

“O empresário ainda demonstra possuir resíduos de uma relação paternalista em relação ao estados — resíduos que foram estimulados pelo sistema fechado”.

Os empresários questionam a melhor forma de administrar o quadro trabalhista e sindical. Temem a proliferação das reivindicações de cunho político e a ingerência dos partidos no movimento sindical. “Esse é o grande conflito que estamos vivendo em algumas regiões do país, como o ABC paulista: a força sindical está sendo acionada não em função do interesse do próprio operário, mas como instrumento político” — destaca Gerdau.

No aspecto político das reivindicações, os empresários receiam o peso que o movimento sindical imprimirá a tópicos como estabilidade no emprego e redução das horas extras. “O problema maior está em torno da hora extra. O volume de hora extra deve ensejar um terceiro turno? Qual o peso da mão-de-obra em cada setor industrial?” São perguntas levantadas por Celso Lafer. Quanto à estabilidade, os empresários tendem a endossar a afirmação feita por Jorge Gerdau: “A estabilidade no emprego não condiz com a economia de mercado e com a eficiência”.

— Existe uma predisposição grande dos empresários em colaborar com o Governo. Mas ele vai ter que mostrar sua capacidade de gerir esse complexo desordenado que é a economia.

— Toda vez que o sindicalismo começa a ser utilizado como instrumento político, o operariado comece a perder sua força. Com isso, os países perdem sua expressão e passam a ter papel secundário na relação econômica como um todo.

□ Jorge Gerdau — “Um bom pacto social seria



□ CELSO LAFER — professor de Direito Internacional da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, é considerado um dos empresários mais preparados do país. Publicou vários livros no Brasil e no exterior e é diretor da Federação das Indústrias do Estado, além de ocupar cargos nas diretorias da Metal Leve e do grupo Klabin.

“O empresário precisa, agora, reivindicar regras gerais mais claras”.

Nenhum pacto social poderá ser firmado antes de o governo demonstrar, claramente, capacidade de gerir seus negócios. Os empresários condicionam, também, a assinatura de um pacto a algum avanço no combate à inflação. “A resposta do empresariado na adesão a um pacto depende da credibilidade do governo, da sua capacidade

“A adesão dos empresários a um pacto depende da credibilidade do Governo.”

(Jorge Gerdau)

em gerir a própria máquina” — destaca Jorge Gerdau.

A questão do pacto social é, a um nível mais amplo, das relações trabalhistas, não encontrar os empresários unidos em torno de uma posição comum. A discordância aparece, por exemplo, na abordagem de pontos como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Roberto Teixeira da Costa encara esse caminho como uma das possibilidades que se apresentam para minrar a tensão na área trabalhista. “Poderíamos estimular os empregados a participarem do capital acionário das empresas, via mercado de capitais, ou restabelecer um princípio da constituição que dá aos empregados uma participação nos lucros das empresas”, observa.

Mas há argumentos contrários. “O Bamerindus tem concedido, de certa forma, participação de lucros, mas sou totalmente contrário a que o governo obrigue as empresas a darem essa participação” — enfatiza José Eduardo de Andrade Vieira. “Não acredito nesse modelo de participação. Ele leva a uma distorção em relação ao mercado”, completa Jorge Gerdau. “Sempre estamos dividindo os lucros quando pagamos salários justos e realistas, quando damos benefícios com programas de assistência médica, melhores condições de trabalho e um sentido de segurança no emprego” — acrescenta Donald Wilson.

Os empresários questionam a melhor forma de administrar o quadro trabalhista e sindical. Temem a proliferação das reivindicações de cunho político e a ingerência dos partidos no movimento sindical. “Esse é o grande conflito que estamos vivendo em algumas regiões do país, como o ABC paulista: a força sindical está sendo acionada não em função do interesse do próprio operário, mas como instrumento político” — destaca Gerdau.

No aspecto político das reivindicações, os empresários receiam o peso que o movimento sindical imprimirá a tópicos como estabilidade no emprego e redução das horas extras. “O problema maior está em torno da hora extra. O volume de hora extra deve ensejar um terceiro turno? Qual o peso da mão-de-obra em cada setor industrial?” São perguntas levantadas por Celso Lafer. Quanto à estabilidade, os empresários tendem a endossar a afirmação feita por Jorge Gerdau: “A estabilidade no emprego não condiz com a economia de mercado e com a eficiência”.

— Existe uma predisposição grande dos empresários em colaborar com o Governo. Mas ele vai ter que mostrar sua capacidade de gerir esse complexo desordenado que é a economia.

— Toda vez que o sindicalismo começa a ser utilizado como instrumento político, o operariado comece a perder sua força. Com isso, os países perdem sua expressão e passam a ter papel secundário na relação econômica como um todo.

□ Celso Lafer — “Qualquer visão de pacto deve ter presente a visão distributiva. Um país como o Brasil tem que dar resposta às desigualdades existentes e levar em conta as diversas realidades econômicas”.

“O governo precisa enfrentar o problema redistributivo através de uma série de investimentos na área social, como transportes, por exemplo. Os dados mostram que os acidentes nas empresas se reduziram significativamente e que a maior parte dos acidentes ocorre no transporte do operário da sua casa à empresa”.

“Empresário e operariado estão angustiados para colaborar com o Governo nesse pacto. A nação inteira quer apoiar maciçamente o governo.

“Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas levaria a uma participação também no prejuízo. O empregado sabe exatamente sua cotação no mercado de trabalho, quanto o concorrente está pagando. Assim, ele também busca, no mercado, a maximização de seu lucro”.

“Mais importante que a discussão em torno da participação nos lucros, é montar uma gestão aberta e viável à discussão, à busca dos objetivos da empresa e de outros elementos de estímulo, ao aprimoramento da mão-de-obra”.

“O grande aspecto do pacto social estaria nos empregados se esforçarem para não formularem reivindicações acima dos padrões inflacionários”.

“As greves comprometem a busca de eficiência. Significam aumentos de custo e o maior prejudicado é o próprio empregado. O índice que define a eficiência nos países é o índice de menos greves, menores acidentes de trabalho, maior número de horas trabalhadas”.

“A redução da jornada de trabalho é um desvirtuamento da análise econômica global. Os países que têm maior crescimento econômico, maior produtividade, maior desenvolvimento, maiores benefícios para o operariado, são aqueles que conseguem trabalhar com maiores índices de produtividade e não têm feito uma política errada de redução de horas, sem proporção de melhoria de produtividade”.

“Importar estabilidade no emprego é uma falácia, porque quem vai pagar por isso? Não sei se meu produto vai ter mercado amanhã. O consumidor é o imperador. Amanhã posso ter uma empresa falida”.

■ Roberto Teixeira da Costa — “A grande empresa nunca se furtou a colaborar com o Governo. As companhias de porte pequeno e médio sentem mais dificuldade em dar uma dose de contribuição adicional porque estão espremidas entre a estatal e a empresa privada grande”.

“Em termos de pacto social, o governo ainda não explicitou o que pretende. Mas acho que há condições de compreensão, de diálogo para que venha a vigorar um novo relacionamento entre o capital e o trabalho no país”.

“Muitas empresas deixaram de contratar contingentes adicionais de mão-de-obra por não se sentirem pisando em terra firme. A crise está vinda. Há uma retomada ou é uma recuperação? Na tentativa de se protegerem, as empresas buscam soluções dentro de casa que lhe permitem aumentar a produção”.

■ José Eduardo de Andrade Vieira — “Sem a redução ou medidas efetivas que venham a reduzir o índice inflacionário, fica difícil aderir ao pacto. Depois desse primeiro passo, todo mundo — trabalhadores e empresários — vai aderir”.

“Com inflação pequena, o próprio empresariado procurará remunerar satisfatoriamente seu pessoal. Se hoje não faz isso de maneira mais adequada, é por medo da inflação, por receio de entrar numa situação difícil no futuro”.

“Nos últimos cinco anos, todo o empresariado brasileiro viu seu patrimônio